

I Congresso Internacional sobre Deficiência da USP Diversidade, Direitos e Corpos: Participação Social e Barreiras no Mundo Contemporâneo.

FLUÊNCIA COMPULSÓRIA E DESEJO DESVIANTE: NARRATIVA AUTOETNOGRÁFICA

Café Cafeseiro

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Mestrando em Ciências Sociais

cafeseirocafe@gmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta um segmento da minha pesquisa de mestrado em Ciências Sociais, em andamento, que situa a gagueira no campo dos Estudos da Deficiência. Parte-se da premissa de que a fluência é um pacto social e que o ritmo imposto à fala é um compasso normativo estruturado por aqueles que nunca tiveram de lutar contra a própria voz. A partir da autoetnografia, analiso a intersecção entre gagueira e identidades LGBTQIA+, evidenciando como ambas desafiam normas sociais e sofrem estigmatização. A pesquisa propõe o conceito de *fluência compulsória* e *fluidocentrismo* para compreender a imposição da fala fluida como norma e dispositivo de controle, que regula discursos e corpos, operando como tecnologia de poder e sustentando lógicas capacitistas.

Ao recusar terapias corretivas voltadas à “cura” da disfluência, tal posicionamento se afirma como resistência à responsabilização individual e à exigência de adequação a padrões inatingíveis. Dialogando com St. Pierre (2015), McRuer (2006) e Butler (2008), sustento que a gagueira, mais que um distúrbio neurobiológico, é um marcador social da diferença, atravessado por estigmas que a associam a uma “falha moral” e a concepções de insuficiência pessoal. Inspirado em Goffman (1975) e Becker (2019), argumento que essa construção não é inerente ao sujeito, mas produto de processos sociais que vinculam valor e legitimidade à fluidez da fala, excluindo vozes que rompem com esse ideal e reforçando hierarquias comunicacionais.

A autoetnografia, ao articular vivências singulares e dimensões estruturais, evidencia que a gagueira não é apenas fenômeno linguístico, mas um campo de disputa política e identitária. Sob perspectivas queer e crip, a disfluência é reposicionada como potência estética e política, capaz de tensionar a ordem discursiva dominante e reivindicar o direito de falar e existir fora da normatividade. Assim, este estudo contribui para ampliar o debate sobre deficiência, identidade, e diversidade, reafirmando a potência de vozes dissidentes e o valor político do ato de gaguejar como resistência.

Palavras-chave: Gagueira; Estigma; Fluidocentrismo; Autoetnografia; Falha Moral.

INTRODUÇÃO

Começo este estudo a partir de um olhar que atravessa a própria história de vida, minha relação com a gagueira surge como uma narrativa marcada por momentos de angústia e de desamparo. Recordo vividamente da infância, onde a fluidez da comunicação era um domínio tão natural e descomplicado para os outros, mas um labirinto de frustração e vergonha para este corpo.

Aprendi cedo que a sociedade exige fluidez, nas falas, nos discursos, nos corpos, nos desejos, e que qualquer desvio desse ideal era encarado como uma falha a ser corrigida ou um incômodo a ser tolerado. Cada apresentação oral, cada chamada em sala de aula, cada tentativa de me expressar carregava o peso do olhar alheio e da antecipação da interrupção. A experiência de falar, ou, mais precisamente, de tentar falar dentro de um modelo de fluência normativa, evidenciava não somente a dificuldade individual, mas um sistema que penaliza e marginaliza as vozes que não seguem seu compasso.

Paralelamente, a identidade LGBTQIA+ emergia como outro eixo de dissidência. A descoberta e afirmação da orientação sexual trouxe à tona uma nova camada de enfrentamento das normas sociais, desta vez para além do campo da comunicação verbal, mas também no modo como meu corpo e minhas relações eram lidas e categorizadas. Assim como na experiência da gagueira, a dissidência sexual implicava um constante estado de alerta, uma vigilância interna e externa sobre como e quando seria possível existir sem ser alvo de correção, exclusão ou violência.

Diferente da narrativa biomédica que frequentemente busca corrigir, normalizar ou ajustar corpos e vozes desviantes, foi na própria experiência que se revelou uma forma de resistência. Após um longo processo em que minha família tentou “curar” minha gagueira, a decisão de não buscar mais terapias corretivas que visavam “amenizar” a gagueira tornou-se, com o tempo, um gesto de resignificação e resistência da relação com a fala. Assim como a escolha de afirmar enquanto bicha, esse posicionamento confrontava um sistema que insiste em moldar subjetividades a partir de um ideal excludente de normalidade.

A compreensão da gagueira enquanto fenômeno social ultrapassa sua definição biomédica restrita à patologia do discurso. Pesquisadores como St. Pierre (2022) argumentam que a gagueira precisa ser pensada dentro das

estruturas sociais que a moldam, pois não é unicamente um desvio da norma linguística, mas um local de disputa sobre quem tem o direito de falar e de ser ouvido. Essa perspectiva se alinha ao conceito de corponormatividade, descrito por McRuer (2006) como o conjunto de expectativas sociais que impõem um ideal de funcionalidade ao corpo. Assim, a gagueira, muito além de um distúrbio, torna-se um marcador que expõe as dinâmicas de exclusão e poder nos espaços discursivos.

No contexto das identidades dissidentes, Butler (2008) traz que a performatividade do gênero não é um dado fixo, mas um processo reiterativo e regulado por normas sociais que buscam estabilizar identidades dentro de padrões inteligíveis. Da mesma maneira, a fluência compulsória – a que denomino fluidocentrismo – pode ser compreendida como uma imposição performativa que, ao exigir uma normatividade da fala, regula não só os discursos, mas os próprios sujeitos que os emitem.

Ao adotar a autoetnografia como método central, insiro-me em uma tradição que valoriza a experiência encarnada na produção de conhecimento. Ellis e Bochner (2000) ressaltam que ela articula o pessoal e o estrutural, evidenciando como subjetividades são reguladas socialmente. Assim, a intersecção entre minha gagueira e identidade LGBTQIA+ torna-se eixo central para refletir sobre quem pode falar e ser ouvido e sobre estratégias de resistência e afirmação.

Este estudo dialoga com os campos dos estudos *queer* e *crip*, mas também tensiona a noção de deficiência enquanto marcador de identidade, sugerindo que a gagueira pode ser compreendida como um campo de resistência à fluência compulsória. Assim, este trabalho busca contribuir para a ampliação das discussões sobre normatividade, identidade e agência, ao mesmo tempo em que reafirma a potência da dissidência como um espaço de criação e transformação.

A FLUÊNCIA COMO NORMA E DISPOSITIVO DE CONTROLE

A fluência verbal, mais do que um simples atributo da comunicação humana, constitui-se como um construto social que opera como norma e como dispositivo de controle. Essa normatização impõe padrões comunicativos que

delimitam quem tem legitimidade para participar de espaços públicos e privados e quem é relegado a uma posição marginalizada dentro do tecido social. Como argumenta Foucault (1975), as normas funcionam não só como critérios de pertencimento, mas também como mecanismos disciplinares que regulam os corpos e as práticas discursivas, produzindo subjetividades conformadas a determinados padrões de inteligibilidade.

Nesse sentido, a fluência não é simplesmente um ideal linguístico, mas um regime que estrutura interações sociais, favorecendo aqueles que dominam os códigos normativos e excluindo os que se desviam deles. Bourdieu (1989) reforça essa ideia ao demonstrar que a linguagem é um dos principais instrumentos de poder simbólico, um capital que confere distinção e legitimidade aos indivíduos que o possuem.

A gagueira é frequentemente tratada como uma patologia, um erro a ser corrigido, uma falha a ser reparada. Durante anos, fui treinado para disfarçar, para me moldar, para esconder os vestígios da disfluência atrás de técnicas e truques que a tornassem menos evidente. “Respire fundo”, dizem. “Pense antes de falar.” “Fale devagar.” Mas o que sempre me incomodou foi o implacável “Se acalme.” Eu nunca estive nervoso.

A forma como a sociedade enxerga a gagueira não se limita a ser um desvio da norma; ela é também percebida como uma fraqueza de caráter, um sinal de descontrole, um obstáculo que só a força de vontade poderia superar. Como observa Garland-Thomson (2011), a modernidade patologiza corpos e formas de expressão que não se encaixam nos padrões hegemônicos, tratando-os como defeitos que exigem correção. No caso da gagueira, essa lógica se traduz na obsessão com a superação, na promessa de que, com esforço suficiente, a fluência será conquistada, como se falar sem hesitação fosse um requisito para existir plenamente no mundo.

FALHA QUE ESTIGMATIZA

A reflexão de Goffman (1988) sobre o estigma revela que ele não é uma característica inerente ao indivíduo, mas sim um resultado de processos sociais que classificam e hierarquizam os corpos. O estigma emerge quando um sujeito

é rotulado e desacreditado por não corresponder às expectativas normativas estabelecidas pelo olhar do outro. Quem rotula, por sua vez, ocupa uma posição de privilégio dentro de um esquema classificatório que define sua própria condição como “normal”, ao passo que transforma o outro em um desvio.

De acordo com Goffman (1988), o estigma pode ser categorizado em três formas principais: deformidades físicas, culpa de caráter ou identidade tribal. A gagueira, embora não seja uma “falha no caráter” no sentido estrito, é frequentemente interpretada como um desvio da norma comunicacional que sinaliza uma inadequação. O sujeito disfluente, ao interromper o fluxo esperado da linguagem, passa a ser alvo de significações que vão além da dimensão fonética ou discursiva, sendo associado à fragilidade, ao nervosismo ou à incompetência. Esse julgamento social não se restringe ao âmbito da comunicação, mas se estende ao próprio valor do indivíduo dentro das interações sociais e institucionais, posicionando-o em uma constante condição de desvantagem.

Entretanto, acredito que a gagueira é socialmente construída não apenas como a marca de um distúrbio, mas como uma falha moral. A fala disfluente, ao perturbar o ideal normativo da comunicação eficiente, desestabiliza aqueles que habitam confortavelmente a fluência, gerando desconforto e aversão. Essa falha moral emerge da construção social que vincula juízo de valor a características que desviam das normas hegemônicas, atribuindo à gagueira não só um status de deficiência, mas também um déficit ético-comportamental. No cerne dessa construção está a crença de que a fluência é um imperativo comunicacional, um atributo essencial da racionalidade e da autodisciplina. Assim, aquele que gagueja e não se empenha suficientemente para alcançar a fala fluida é frequentemente percebido como alguém que fracassa não meramente na linguagem, mas na própria constituição subjetiva e social.

Essa perspectiva se intensifica à medida que a gagueira é enquadrada dentro de discursos clínicos e terapêuticos que a reduzem a um distúrbio tratável, uma deficiência que pode e deve ser corrigida. A ideia de tratamento corretivo da disfluência reforça a ideia de que há um percurso linear de superação, no qual a pessoa que gagueja deve se empenhar para atingir a fluência plena. Aquele que não busca ou não alcança essa fluidez idealizada pode ser visto como

negligente, resignado à sua condição ou mesmo incapaz de realizar o esforço necessário para sua própria correção. Essa exigência moralizadora sugere que a ausência de fluência não é uma característica inerente do sujeito, mas um reflexo de sua disposição ou falta de vontade, reforçando o estigma de que gaguejar é uma escolha implícita ou um fracasso pessoal.

Nesse sentido, a noção de “falha moral” atribuída à gagueira não é um julgamento superficial ou circunstancial, mas uma construção enraizada na lógica normativa da comunicação e do corpo produtivo. Se falamos em falha moral, falamos de um desvio, de algo que “não deveria ser”. Esse desvio, no caso da gagueira, é percebido como uma transgressão ao modelo comunicacional ideal, onde a fluência opera como um signo de controle, inteligência e competência. Quando alguém gagueja, rompe-se a expectativa de uma fala limpa, previsível e eficiente, e nesse rompimento emerge uma forma de desestabilização social: o sujeito disfluyente passa a ser lido não só como alguém que “fala errado”, mas como alguém que falha enquanto pessoa. Esse processo evidencia como a comunicação verbal, mais do que um simples instrumento de interação, é uma tecnologia de poder que disciplina corpos e subjetividades, delimitando quem pode falar e ser ouvido dentro das estruturas sociais.

Becker (2019) enfatiza que a noção de “desviante” não corresponde a um grupo homogêneo e tampouco inclui todos aqueles que, em tese, transgridem uma norma. Esse ponto é crucial para compreender a gagueira não meramente como uma condição da fala, mas como um fenômeno regulado por expectativas sociais e padrões de desempenho comunicativo, uma falha. Indivíduos que gaguejam podem ser marcados pelo estigma de desvio da fluência, ainda que sua comunicação não apresente comprometimentos significativos. Da mesma forma, há aqueles que conseguem escapar desse estigma ao adotar estratégias de camuflagem ou adaptação, evidenciando que a categorização da gagueira como uma deficiência não é estática, mas fortemente influenciada pelo contexto e pela percepção social.

De acordo Goffman (1988), é quando “normais” e estigmatizados realmente se encontram na presença imediata uns dos outros, especialmente quando tentam uma relação mais próxima: “esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão diretamente as causas e efeitos do estigma”. Nesse encontro, a gagueira se torna uma fissura no tecido normativo da

comunicação, pois obriga o interlocutor a lidar diretamente com aquilo que considera desajustado ou perturbador. A quebra da fluência é percebida como um constrangimento mútuo: de um lado, o sujeito disfluente, consciente do olhar estigmatizante; do outro, o falante fluente, desconfortável diante daquilo que escapa ao seu controle e expectativa. Nesse embate a gagueira é lida como uma falha moral, pois desafia a lógica de eficiência e domínio que estrutura as interações sociais cotidianas.

É como se o sujeito que gagueja carregasse consigo a prova viva de que a ordem pode falhar. Sua fala hesitante ou interrompida não se encaixa na cadência fluida esperada, e isso incomoda. Incomoda porque coloca o interlocutor fluente diante de uma quebra de ritmo que revela a artificialidade das expectativas de comunicação. Nesse sentido, o julgamento moral direcionado ao gago é um mecanismo de defesa: ao atribuir culpa ao sujeito que gagueja, a sociedade preserva a ilusão de que o controle absoluto sobre a fala e, por extensão, sobre o corpo e a mente é um dever alcançável por todos. Aquele que não atinge essa expectativa é visto como negligente ou desinteressado, como se a gagueira fosse fruto de uma falta de vontade ou esforço pessoal.

Essa construção social da gagueira como “falha moral” impõe ao sujeito disfluente uma responsabilidade injusta e exaustiva. Ele precisa lidar com as dificuldades práticas de sua fala e carregar o peso simbólico de uma inadequação que lhe é atribuída. A cada palavra hesitada, ele precisa provar a si mesmo e ao outro que sua fala não é um reflexo de fraqueza ou incompetência. Esse julgamento moral constante força o sujeito a se adequar, a buscar incessantemente a “cura”, a esconder a disfluência a qualquer custo, mesmo que isso signifique sacrificar sua própria voz.

Goffman (1988) identifica uma variação importante dessa relação, destacando que o papel do estigmatizado se torna ainda mais complexo quando sua diferença não é imediatamente revelada. É o que ele descreve como a condição do “desacreditável”: quando a marca estigmatizante não é visível à primeira vista, mas permanece latente, podendo ser revelada a qualquer momento. Nesse cenário, a gagueira ocupa esse lugar. Diferentemente de outras condições que são mais facilmente percebidas, a disfluência nem sempre se

manifesta de maneira previsível; ela surge no fluxo da interação, rompendo a expectativa de fluência somente quando o ato comunicativo acontece.

Essa imprevisibilidade coloca o sujeito que gagueja em um estado de vigilância constante. Ele se torna desacreditável, alguém que pode “passar” por “normal” até que sua disfluência se revele. A fala, nesse contexto, é carregada de tensão e risco: cada interação comunicativa se torna um momento potencial de exposição, um instante em que o sujeito pode ser desmascarado e sua diferença se tornar pública. Assim, a gagueira marca a pessoa como “diferente” no momento em que se manifesta, mas também a coloca em uma posição ambígua, suspensa entre a visibilidade e a ocultação, entre o pertencimento e a exclusão.

Esse caráter instável do estigma cria um impacto duplo: por um lado, obriga o sujeito que gagueja a desenvolver estratégias de controle ou ocultação, como evitar situações de fala ou modificar seu discurso para minimizar a exposição; por outro, reforça o olhar desconfiado do interlocutor, que percebe a quebra da fluência como uma traição ao contrato social da comunicação. O silêncio ou a hesitação inesperada passam a ser interpretados como fraquezas, como falhas que confirmam a inadequação daquele que já era desacreditável.

Portanto, aquele que gagueja é estigmatizado quando sua disfluência se manifesta, mas carrega o peso antecipado do julgamento, tornando-se um sujeito permanentemente em risco. Essa condição torna o ato de falar um campo de prova constante, onde a exposição do estigma não é um evento, mas uma ameaça sempre iminente, que reforça a percepção da gagueira como uma “falha moral” que precisa ser superada. O simples ato de enunciar transforma-se em um exercício de autovigilância, uma negociação contínua entre a necessidade de expressar-se e o medo de ser invalidado. Nesse sentido, a gagueira não se limita a ser fenômeno linguístico, mas um espaço de conflito, onde se disputa o direito à voz e à presença.

A gagueira transformava interações cotidianas em batalhas silenciosas travadas no interior das hesitações. O medo do julgamento pairava sobre mim como uma sombra onipresente, moldando gestos, escolhas e até mesmo a forma como eu ocupava os espaços. Cada olhar de impaciência, cada riso contido ou

palavra interrompida por outra pessoa, que achava mais fácil concluir a frase do que esperar que eu a terminasse, era um lembrete doloroso de que minha diferença era visível, audível, inegável. A sociedade exige fluidez, nas falas, nos discursos, nos corpos, nos desejos, e que qualquer desvio desse ideal era encarado como uma falha a ser corrigida ou um incômodo a ser tolerado.

A articulação entre a concepção de desvio, conforme exposta por Becker (2019), e a teoria do estigma desenvolvida por Goffman (1988), reforça a compreensão de que a fluência é mais do que um atributo comunicativo; trata-se de um dispositivo normativo imposto socialmente. A exigência da fluência como marcador de normalidade demonstra como corpos e vozes são regulados dentro de uma lógica que hierarquiza e exclui.

Sob essa perspectiva, o conceito de fluidocentrismo contribui para essa discussão ao evidenciar que a fluência compulsória marginaliza sujeitos que gaguejam e opera como um mecanismo de controle sobre a produção discursiva e a constituição identitária. Sustento que a gagueira é pode ser interpretada como uma falha moral, sobretudo quando o sujeito recusa terapias corretivas em busca de uma “cura” que, além de inatingível, reforça normas capacitistas e responsabiliza individualmente a pessoa pela sua condição.

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ELLIS, Carolyn; BOCHNER, Arthur P. **Autoethnography, Personal Narrative, Reflexivity: Researcher as Subject**. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **Handbook of Qualitative Research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000. p. 733-768.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1975.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. **Staring: How We Look**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

McRUER, Robert. **Crip Theory: cultural signs of queerness and disability**. New York: New York University Press, 2006

ST. PIERRE, Joshua. **The Construction of Fluency**. *Disability Studies Quarterly*, v. 35, n. 1, 2015.